

Literaturas Africanas em Língua Portuguesa: da busca identitária à estética da negritude¹

Maribel MALTA PARADINHA
Instituto Camões

Eduardo Iván VIVEROS MORALES
Universidad Nacional Autónoma de México

La literatura de lengua portuguesa en África fue durante muchos años una literatura escrita por blancos y para blancos, donde el negro, sin gran profundidad psicológica ni filosófica, era visto y descrito como algo exótico y secundario. En la llamada literatura colonial, el blanco era el centro de la narrativa. Con la toma de conciencia política nace una literatura que privilegia la poesía, el militanismo político y la lucha por el lugar del negro en la sociedad africana. Después de las independencias, Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique y Santo Tomé y Príncipe desarrollan otro tipo de literatura escrita por manos de negros, mestizos o blancos “de alma negra”, la cual adquiere características muy propias y se aleja de la literatura portuguesa revelando una gran expresividad poética y una gran capacidad de innovar.

PALABRAS CLAVE: África, portugués, literatura, colonial, negro.

The African literature in Portuguese was, for many years, a literature written by white man and for white man, where the black man, without psychological and philosophical deepness, was seen and described as something exotic and secondary. In the so called colonial literature, the white man was the center of the narrative. A literature that privileges poetry, the political militancy and the fight for the black man's place in the African society came with the politic conscience. After the independencies, Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, São Tomé and Príncipe develop another kind of literature, written by black, mestizos and white man “with black soul”, that has its own characteristics, distances from the Portuguese literature and reveals a great poetical expressivity and a great capacity of innovation.

KEY WORDS: Africa, Portuguese, literature, colonial, black.

¹ Este texto é a versão escrita da palestra dada no Auditório Mario de la Cueva, na Torre II de Humanidades da UNAM, a 30 de Novembro de 2009, no âmbito do Colóquio Afroamérica, organizado pelo Centro de Investigações sobre a América Latina e o Caribe da UNAM.

1. África, um continente *desconhecido*

NAMUTU VIU OS GRANDES PÁSSAROS de asas abertas passarem o cabo que abrigava a baía. Como no sonho de Manikava, o sábio, que via o futuro nas labaredas do fogo e nos intestinos do cabrito.

E Manikava tinha contado, num sonho ele viu mesmo, iam chegar grandes pássaros de asas brancas e dentro deles saía gente estranha, como filhos-formigas brotando de ave morta. Contou no chefe, depois contou no povo reunido na praça da aldeia. O chefe perguntou, isso é bom sinal dos antepassados? Manikava disse não sabia, mas o peito estava apertado, coração a bater com força. Talvez os antepassados estavam a mandar aviso, cuidado, muito cuidado. [...]

Agora via os pássaros passarem o cabo, voando por cima da água do mar, como no sonho acordado de Manikava (Pepetela, 2003: 69-70).

Assim descreve Pepetela (escritor angolano) a chegada dos primeiros portugueses ao rio Zaire, em 1482. Estes grandes e “estranhos pássaros de asas abertas” que *voavam* sobre as águas do mar e de onde saía gente —igualmente “estranha”— como formigas não eram mais que as naus dos navegadores portugueses.

Era o início da colonização portuguesa em África,² que o desconhecimento do Outro, as crenças tradicionais e os sinais dos antepassados africanos —através do sonho acordado e premonitório do sábio Manikava— auguravam como um aviso de perigo: “cuidado, muito cuidado”.

Se Samutu percebesse a língua dos espíritos, teria entendido o que o chefe de barbas e que lhe mostrava as pedras brilhantes queria, saber se aqueles metais preciosos, ouro, prata, existiam ali, e saber também se ele conhecia especiarias do Oriente. Mas não entendeu também a fala final, deixem-no ir, este não sabe qual é o caminho para a Índia, nem se estamos perto ou longe de o achar (Pepetela, 2003: 73-74).

Além do desejo de *descobrir* o mundo, é conhecido que a expansão portuguesa foi motivada por razões político-religiosas³ e económicas.⁴ Com a chegada dos portugueses às ilhas Canárias, no século XIV, começa a expansão portuguesa, que se estende por toda

² Os navegadores portugueses terão chegado à Guiné-Bissau (com Álvaro Fernandes), em 1446; às ilhas desabitadas de Cabo Verde (provavelmente com Diogo Gomes), em 1456; às também ilhas desabitadas de São Tomé e Príncipe, em 1470 (com João de Santarém e Pedro Escobar); em 1482, terão entrado no rio Zaire e quatro anos depois no reino de Ngola (com Diogo Cão); e em 1497 terão atingido Moçambique (com Vasco da Gama).

³ A luta contra o inimigo muçulmano, motivada inicialmente pela *Reconquista*, i.e., pela recuperação dos territórios perdidos para os árabes durante a Invasão da Península Ibérica. Finalizada a *Reconquista* com a tomada definitiva de Silves em 1253, durante o reinado de D. Afonso III, não se extinguiu, todavia, o desejo de cristianização dos povos muçulmanos e de recuperação da riqueza perdida, de tal forma que se considerou que a (para os portugueses) catastrófica expedição a Tânger em 1439 e a subseqüente exploração por via marítima das costas de África até ao longínquo Japão foram consideradas uma continuação da *Reconquista*.

⁴ Procurar o acesso direto às fontes de abastecimento de trigo, ouro, escravos e especiarias orientais (utilizadas para conservar a carne e condimentar a comida, além do uso medicinal e estético para os quais

a África, Ásia e América, como é sabido. Os interesses económicos conduziram os portugueses a instalar-se nos territórios que representavam pontos estratégicos para o domínio das rotas comerciais marítimas. De todos os territórios africanos por onde os portugueses passaram, alguns foram até aos tardios anos 70 parte do *império* português.⁵

2. *A Revolução dos Cravos: um marco histórico*

A Revolução dos Cravos (a 25 de Abril de 1974) que pôs fim ao regime ditatorial em Portugal acelerou o processo de descolonização dos países africanos de língua oficial portuguesa. A larga presença e a resistência de Portugal⁶ em entregar aos povos africanos colonizados a sua independência marcaram para sempre a história destes países. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe vivem, depois da Revolução dos Cravos, um novo período da sua história e atravessam atualmente um tempo de reconstrução das suas identidades.

Depois da Guiné-Bissau, os restantes países de língua oficial portuguesa seguiram o exemplo das lutas independentistas e dos processos de libertação colonial que, durante os anos 60 e inícios dos 70, foram apoiados pelos crescentes e numerosos movimentos militares pró-independentistas —entre eles, o Movimento Para a Libertação de Angola (MPLA), o Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), cujos projetos eram de inspiração nacionalista, multirracial, representativa e cultural— e por guerras contra o invasor (Laranjeira, 1995b: 21).

O olhar crítico em relação ao colonizador e a busca de uma identidade assertiva da negritude esquecida ou relegada a um passado de escravidão foi um marco importante na escrita desde os primeiros anos da chegada da imprensa, no século XIX, aos países africanos de língua oficial portuguesa.⁷

As primeiras publicações foram boletins ou gazetas (*Boletim Oficial*) das colónias, que publicavam a legislação, as notícias oficiais e religiosas e incluíam as primeiras

também serviam); a procura de novos territórios para o cultivo de vários produtos (tais como o café, a uva, o trigo, a cana do açúcar e o algodão), bem como a procura de mão-de-obra para esses cultivos.

⁵ Portugal foi dos últimos países europeus a reconhecer a independência das suas colónias. A ditadura do Estado Novo (com António de Oliveira Salazar) defendia os seus interesses e resistiu ao desmoroamento do chamado Império Português do Ultramar. A Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa em África à qual foi reconhecida a sua independência (no dia 24 de Setembro de 1973, a ONU reconheceu a independência do país, ainda que Portugal só o tenha feito um ano mais tarde (no dia 10 de Setembro de 1974); os restantes países declararam a sua independência em 1975: primeiro Moçambique, a 25 de Junho; Cabo Verde a 5 de Julho; São Tomé e Príncipe a 12 de Julho; e, por fim, Angola a 11 de Novembro).

⁶ Já que, como atrás referimos, contrariamente a outros países colonizadores em África, Portugal primeiro não concordou com a cedência de poder às suas colónias, o que arrastou ainda durante alguns anos e através de guerras entre africanos e portugueses o processo de independência dos países.

⁷ A imprensa foi introduzida em Cabo Verde em 1842; em Angola, em 1845; em Moçambique, em 1854; em São Tomé e Príncipe em 1857; e na Guiné-Bissau em 1879 (Laranjeira, 1995b: 18).

produções literárias (sobretudo, poemas e, esporadicamente, crónicas e contos). Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, a imprensa foi um incentivo à criação literária. No caso de Angola, onde a atividade jornalística foi intensa, o primeiro jornal de africanos, *Echo de Angola*, surge em 1881. Era nos jornais que os letrados (não forçosamente africanos) viam os seus textos publicados e aperfeiçoavam a sua escrita. Dada a censura, a perseguição política, a pobreza, a falta de cuidado, ou porque se encontravam dispersos, muitos destes textos nunca foram publicados em livro; e, se hoje se conhecem, é graças a alguns dos escritores que se deram ao trabalho *arqueológico* de recompilar esses textos de revistas ou outros materiais onde se encontravam dispersos.

Devido ao papel pouco ativo na sociedade, estava vedado aos negros o acesso à educação, bem como a cargos administrativos e políticos. Estas limitações são evidentes, como o atesta Pires Laranjeira (1995b: 20), no lamento do poeta angolano António Jacinto, no poema “Carta de um Contratado” (que data de 1950):

*Mas ah meu amor, eu não sei compreender
por que é, por que é, por que é, meu bem
que tu não sabes ler
e eu —Oh! Desespero!— não sei escrever também!*

Tal resultava de uma orientação política portuguesa, cujo objetivo era formar apenas uma pequena parte da população negra para o setor terciário (os restantes eram abandonados ao livre arbítrio, quando não eram utilizados como mão-de-obra barata ou escravos):

Durante muito tempo, até ao fim dos anos 50, o ensino destinava-se a um pequeno número de privilegiados das cidades e do campo: filhos e filhas da burguesia comerciante, dos morgados e proprietários agrícolas, e filhos de uma classe média em crescimento lento dos empregados e dos intelectuais... A política de ‘assimilação’ criada por Salazar a partir de 1930, que separava os indígenas dos assimilados, deu origem a uma elite restrita de cabo-verdianos que foram utilizados como pequenos e médios funcionários no Ultramar (Lesourd, *apud* Moniz, 2007: 16).⁸

Sendo a literatura destes países oral (como noutros países do continente africano) e a percentagem de analfabetismo entre os negros extremamente elevada (78,5 % em Cabo Verde; 97 % em Angola; 98 % em Moçambique; e aproximadamente 100 % na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe), não parece estranho que as primeiras produções escritas tenham sido, por um lado, em língua portuguesa e, por outro, pela mão

⁸ Durante muito tempo, até finais dos anos 50, o ensino destinava-se a um pequeno número de privilegiados das cidades e do campo: filhos e filhas da burguesia comerciante, dos morgados e proprietários agrícolas, e filhos de uma classe média crescimento lento de empregados e de intelectuais... A política de “assimilação” criada por Salazar a partir de 1930, que separava os indígenas dos assimilados, deu origem a uma elite restrita de cabo-verdianos que foram utilizados como pequenos e médios empregados do Ultramar (*sic* Lesourd, *apud* Moniz, 2007: 16).

dos intelectuais brancos (Pires Laranjeira, 1995b: 20-21). Nesse sentido, poderá entender-se como o sistema político interfere no sistema literário e condiciona, inclusive, a interpretação ideológica que daqui possa resultar: a situação privilegiada do branco em detrimento da presença do negro na literatura que espelha, desta forma, a pequena margem de participação social e intelectual permitida ao africano.

3. Literatura colonial: *uma literatura de brancos*

Assim surgiu, num primeiro momento, um tipo de literatura a que se chamou *colonial*,⁹ escrita pelos portugueses que viviam nas então colónias e com fortes marcas de exotismo, evasão e preconceito racial, onde o foco narrativo estava centrado no branco —fosse ele o colono ou o viajante— e onde as personagens principais eram também brancos, apesar de o espaço no qual se desenvolvia a narrativa fosse África. Através da produção literária colonial —cujo interesse atual é o de documento antropológico que testemunha a mentalidade dos portugueses durante o período colonial—, desenvolvia-se no leitor a imagem romântica do português como um viajante, um desbravador, um explorador de terras desconhecidas e um civilizador do homem selvagem (à semelhança do que acontecia com outras culturas europeias, que se guiavam pelo espírito então vigente de “superioridade” em relação às culturas não-europeias). Poucos textos fugiam a esta visão exótica e superficial do mundo africano, e por isso valerá aqui a pena referi-los: é o caso, em Angola, da novela *Nga Mutúri* (1882), de Alfredo Troni, e, em São Tomé e Príncipe, dos poemas sobre o complexo de cor de Costa Alegre.

Poder-se-á, então asseverar que a literatura e o mundo dos negros não interessavam ao colono, já que para este aqueles representavam um *corpo estranho*¹⁰ à sua sensibilidade e ao seu entendimento (Laranjeira, 1995b: 181). Pela mesma razão, o negro participava nos textos como um elemento secundário ou decorativo. Nos casos em que os negros entravam na diegese, o tratamento era exógeno: as personagens eram descritas de forma superficial, folclórica e etnocêntrica, sem profundidade cultural, psicológica, sentimental ou intelectual (Laranjeira, 1995b: 26-27). Em última instância, poder-se-ia afirmar que o mundo que era devido aos africanos se lhes fora retirado, já que passava a ser o *espaço* no qual se desenvolviam os brancos, protagonistas e autores das narrativas; por outras palavras, a apropriação do *território* africano ter-se-á dado duplamente: nos factos históricos e na ficção. Se tal é entendível, visto que África era o espaço onde os brancos que protagonizam e escrevem as histórias viviam, não deixa

⁹ De acordo com Pires Laranjeira (1995b: 26), o conceito de “literatura colonial” respeitante à produção literária dos países africanos de língua portuguesa não corresponde ao mesmo conceito aplicado ao contexto brasileiro. Aqui ocupar-nos-emos apenas da “literatura colonial” dos países africanos de língua portuguesa, que a seguir analisaremos.

¹⁰ No que respeita à importância do corpo nas dinâmicas culturais, vide Courbet (2005: *passim*).

de causar estranheza que o negro apareça como uma figura tão irrelevante a seu lado —o que reforçaria a ideia geral defendida por Said de que o colonizador é dominante e privilegiado do ponto de vista social, político e discursivo.

Os dois mundos —o do colono e o do colonizado— conviveriam lado a lado sem se entenderem, cruzar-se-iam sem se (re)conhecerem, e as relações entre estes dois mundos, longe de serem humanas, seriam marcadamente sociais; quer isto dizer que os dois mundos coexistem porque ambos desempenham na história e na diegese uma função social, não porque entre eles se estabeleça um vínculo humano. A produção literária colonial refletiria, desta forma, uma realidade social que se desconhecia (pelo menos por parte do branco relativamente ao negro) e que se organizava de maneira hierarquizada: veja-se como o colono merece o protagonismo na produção literária colonial e como se reserva ao negro um papel secundário ou acessório; note-se igualmente como ao primeiro se lhe atribui toda uma carga humana e filosófica ou pensante, enquanto o segundo é retratado como “um ser sem alma” (cf. Courbet, 2005: 182-187) —como se dizia, a princípios da colonização acerca dos homens negros—, sem profundidade psicológica ou filosófica, como anteriormente referido.

Esta literatura, que marcou os primeiros 40 anos de produção literária do século XX, era incentivada por prémios literários e pelo reconhecimento das entidades oficiais e funcionava “como instrumento ideológico do Estado colonial, sobretudo para um público europeu (em Portugal) e colonial (os colonos e outros que se instalavam temporariamente) que mostra[va] um imaginário de aventura e mistério e realçava a legitimidade da visão dominante sobre o negro” (Laranjeira, 1995b: 180-181). Esta produção literária colonial —baseada em visões estereotipadas de colonizadores e colonizados— valorizava a superioridade dos brancos ao mesmo tempo que reduzia os negros à qualidade de seres inferiores e servia, de acordo com investigadores como Pires Laranjeira, os interesses ideológicos do Estado Novo (Laranjeira, 1995b: 180-181).

Os textos anti-coloniais (objeto de censura e circulando em pequena quantidade entre um público restrito de jovens ex-estudantes e intelectuais) tinham na poesia o seu veículo privilegiado de expressão, já que eram a maneira mais acessível e rápida de transmissão da mensagem anti-colonial, codificada em metáforas e imagens poéticas.

A *Négritude* lançou as bases dos movimentos culturais protagonizados pelos negros, lutando pela revalorização das raízes culturais africanas, crioulas e populares. Os países africanos de expressão portuguesa não estiveram nunca na vanguarda dos movimentos da busca social e ideológica da identidade negra, mas os exemplos de Haiti, Cuba e Estados Unidos são arquétipos para a África de língua portuguesa como para todo o mundo. Os Mestres negros da diáspora e do continente africano são modelos a imitar: os norte-americanos Joe Louis (boxeador), Jesse Owens (atleta), Louis Armstrong (músico de jazz), Langston Hughes e Claude McKay (líderes literários do renascimento negro); o martiniquense Aimé Césaire; o haitiano Toussaint Louverture; o chefe guerreiro zulú Chaka; o senegalês Léopold Sédar Senghor; a rainha do Ndongo

(território que corresponde à atual Angola) Nzinga (que lutou contra os portugueses no início da colonização).

África, o negro, a Mãe-Negra (a Mãe-África ou a Mãe-Terra), a África humana e aletargada (frequentemente metaforizada na referência bíblica de Lázaro) *versus* a Europa civilizada e evoluída são alguns dos temas da literatura africana de língua portuguesa:

Labanta bo anda fidjo d’Afrika,
Labanta negro, obi gritu’l Pobo:
Afrika, Djustissa, Liberdadi¹¹
(Gabriel Mariano, poeta cabo-verdiano, 1965).

As revistas *Claridade*¹² (Cabo Verde, 1936) e *Mensagem*¹³ (Angola, 1951) são dois bons exemplos de um lugar privilegiado que os falantes de português queriam dar ao negro: não deixa de ser se não relevante pelo menos curioso que no primeiro número de *Claridade* se tenha publicado um poema em crioulo de Cabo Verde.

4. O mundo negro nas *letras brancas*

[...] os seres estranhos falavam entre si com gritos e puxavam por ele, os gritos eram numa língua desconhecida. [...] Samutu ficou esfregando os braços, sem perceber o que lhe diziam, a cabeça já atordoada

(Pepetela, 2003: 72).

Ainda que os temas das literaturas africanas de língua portuguesa sejam temas relacionados com o contexto africano, o veículo dessa expressão é a língua do colonizador: “Agora a nossa língua para escrever é o português. [...] [O] português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas¹⁴ nos deixaram”, diz Amílcar Cabral, em 1975, ano chave das independências dos países africanos até então colônias portuguesas (*cf.* Laranjeira, 1995b: 101). Se a libertação de um povo passa, segundo Calvet, também pela libertação da palavra (Calvet, 1979: 137 e 175), a expressão literária em línguas africanas —rara antes da independência e depois dela— poderia ter representado uma verdadeira afirmação da identidade e do direito à autonomia total dos povos saídos da colonização, já que, segundo este autor, a imposição de uma só língua não servirá o princípio comunicativo (a língua como meio facilitador de comunicação), mas converter-se-á num meio de opressão (Calvet, 1979: *passim*). Nesse sentido, estará compro-

¹¹ “Levanta-te e anda, filho de África, / Levanta-te negro, escuta o grito do povo: / África, Justiça, Liberdade”, fragmento do poema “Ora dja tchiga” [chegou a hora].

¹² Fundada por Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes.

¹³ Dirigida por Viriato da Cruz, António Jacinto e Agostinho Neto.

¹⁴ Portugueses.

metida a inversão das tendências hegemónicas e monológicas de poder das culturas colonizadoras, já que não se verifica a ideia de Bakhtin de que a heteroglossia “enfraquece a autoridade do costume e da tradição reificados”. Nesse sentido, a publicação do poema em crioulo de Cabo Verde no primeiro número da revista *Claridade* poderia ser visivelmente entendida como uma forma de resistência.

Não obstante a ideia de *glotofagia* defendida por Calvet, atrever-nos-íamos a dizer que a dificuldade que experimentam os africanos prender-se-á mais com a *expressão* de um mundo (que, naturalmente, não consideramos afastado da língua, já que esta é parte integrante da cultura) do que com a língua em que é expressa. Se não, vejamos o desabafo do poeta angolano Henrique Guerra, em 1976:

Que me interessa saber a língua de Voltaire,
De Goethe e de Shakespeare,
Se não sei cantar as glebas negras?

Note-se como o uso metonímico na referência às línguas (francesa, alemã e inglesa) não inclui a “língua de Camões”, mas que o lamento poético vai no sentido da proximidade à terra africana (“as glebas negras”) e da dificuldade de expressão da mesma. Neste ponto, seria interessante questionarmo-nos sobre aquilo que Boaventura Sousa Santos (2002: 9-11) considera ser a *especificidade* da colonização portuguesa:

First, Portuguese colonialism, featuring a semiperipheral country, was also semiperipheral itself. It was, in other words, a subaltern colonialism. Portuguese colonialism was the result both of a deficit of colonization-Portugal’s incapacity to colonize efficiently-and an excess of colonization-the fact that the Portuguese colonies were submitted to a double colonization: Portugal’s colonization and, indirectly, the colonization of the core countries (particularly England) of which Portugal was dependent (often in a near colonial way).

The second sub-hypothesis is that because of its characteristics and historical duration, the colonial relation reenacted by Portugal affected in a particular way the configurations of social, political, and cultural power, not only in the colonies but inside Portuguese society itself. While modern capitalism power has always been colonial, in Portugal and its colonies it was always more colonial than capitalist.

[...]

To formulate the characterization of Portuguese colonialism as “specificity” implies the relations of hierarchy among the different European colonialisms. [...] the contours of Portuguese colonialism get defined as a subaltern colonialism.

Estando concomitantemente na posição dupla do *mestre* e do *escravo*, sendo um país simultaneamente colonizador e colonizado, e sendo relegado à condição de semi-periférico (por não se encontrar a par dos seus congéneres europeus, apesar de estar situado na Europa), Portugal ocupa uma posição de pouco poder na hierarquia da colonização. Neste sentido, as bases para o exercício do poder colonial não seriam fixadas nem de maneira robusta nem estável, já que tal poder seria *transitório*, por necessitar

de ser transferido para o *colonizador do colonizador*. Entendida assim a questão, o verdadeiro colonizador dos países africanos de língua portuguesa seria a Inglaterra (por intermédio de Portugal).¹⁵

Por razões políticas¹⁶ e educativas, a língua do colonizador substitui uma realidade heteroglósica e poliglota: ela é, antes e depois das independências, a língua de *expressão* do mundo africano angolano, cabo-verdiano, guineense, moçambicano e são-tomense. Não obstante, este *espartilho* linguístico foi o meio de levar mais longe e a um público mais extenso a mensagem da inconformidade negra. A ambivalência e o hibridismo da colonização estarão, assim, ao serviço das vozes africanas (marginais e marginalizadas) que encontraram na língua lusa um meio de *expressão* que traduz as relações de poder: a língua do colonizador deixa de ser um *espartilho* e permite uma forma de *subversão* que transforma as condições discursivas de domínio num princípio de intervenção.

Ao mesmo tempo que era a língua do dominador, a língua portuguesa terá permitido à literatura africana sair da sua condição de literatura periférica: por um lado, deixou de ser uma literatura exclusivamente oral para passar a ser uma literatura também escrita (tornando-a, portanto, mais acessível); por outro, de uma realidade pouco conhecida para o mundo branco, o mundo negro passa a ter um lugar importante na reivindicação político-social, acessível a um público mais amplo, já que as línguas nacionais teriam um menor alcance. Não poderemos, igualmente, esquecer que o que é veiculado em língua portuguesa não poderá ser a *expressão* portuguesa: quando não é o veículo de *expressão* do homem negro, será o da *expressão* do homem branco e das suas vivências num mundo e num contexto africanos. Tal deixa entrever uma ambivalência própria às transições: a língua já não espelha a realidade do colonizador que não *vê* o negro, mas o homem (branco descendente de portugueses, negro ou mulato) nascido em África que dialoga com o negro e reivindica uma identidade dupla: a dele, pessoal, enquanto ser nascido em África e a do país em que vive e que considera seu. Será o caso de, e. g., Pepetela, descendente de uma família colonial portuguesa que reivindica a sua angolidade e dá em textos como “Estranhos Pássaros de Asas Abertas” a visão angolana da chegada dos portugueses a Angola, onde revela, à mistura com o humor, a visão crítica do branco, que o negro tomou por um espírito (“cuzumbi”) e que *vê*, depois, como um homem *igual* a ele (terreno); ou de Baltazar Lopes, um dos fundadores da revista *Claridade*: nascido em Cabo Verde, o escritor, poeta e linguista vem a falecer em Portugal (onde também viveu e trabalhou) e escreveu em ambas línguas (português e crioulo). Assim sendo,

¹⁵ Este assunto mereceria, do nosso ponto de vista, um maior desenvolvimento que aqui, por questões de limitação espacial, não poderemos fazer, mas que esperamos poder desenvolver noutra ocasião.

¹⁶ Além das motivações político-ideológicas próprias aos sistemas colonizadores que, no geral, impõe a língua como um dos principais instrumentos de poder, têm sido apontados outros factores: o elevado número e a variedade de línguas (os estudos apontam para mais de 42 línguas em Angola e entre 20 a 26 em Moçambique, e. g.), a dificuldade de escolher uma língua nacional africana como língua oficial, as decisões políticas colonialistas e do pós-independência.

poder-se-á constatar a dificuldade em defender a condição de *purismo* nas Letras (e no mundo) dos países colonizados.

Para além de chegar mais diretamente ao colonizador, a língua portuguesa representou um privilegiado instrumento de subversão contra ele: esta língua *pura* vai, pouco a pouco, sendo *contaminada*, ganhando matizes das línguas africanas. Mesmo quando o texto é escrito em língua portuguesa, a expressão das culturas africanas é evidente numa sintaxe apartada da norma europeia (a omissão de preposições, o uso distinto dos pronomes clíticos ou o uso da língua portuguesa em estruturas sintáticas de línguas africanas, por exemplo) ou no uso de léxico (mais o menos presente) que claramente faz referência a uma realidade africana: *machimbombo* (autocarro), *machamba* (terreno de cultivo), *capulana* (tecido usado pelas mulheres), *kazumbi* (espírito), *calulú* (comida típica), *kimbo* (aldeia), *cuvale* (etnia de Angola), *batanga* (pão cozido sobre uma placa de ferro ou de barro), *bombolon* (instrumento musical de percussão, transmissor de mensagens a larga distância), *caramô* (sacerdote, profeta fula), *codê* (o benjamim), *cotá-béga* (o último filho), *gongom* (fantasma, o Bicho Papão), *kianda* (sereia), *maka* (confusão, briga, problema), *mujimbo* (notícia, rumor) e inúmeros outros termos que transportam o leitor para uma realidade (até certo ponto acessível através da língua portuguesa) que resiste à hegemonia discursiva se impõe como um universo próprio.

5. *A literatura africana: uma literatura emergente*

Se aqui empregamos o termo *emergente* para nos referirmos à literatura africana, é por retomarmos as palavras do escritor Luandino Vieira em relação à literatura angolana, no curso de Literatura Angolana, que teve lugar em Junho de 2007, no Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra (*in* Padilha, 2008: 32)

Vi tratada a literatura angolana como um universo, e o que há, na verdade, é muita matéria fluida. Há umas constelações, há umas galáxias, uns sistemas, uns sóis, uns planetas, a maioria é de matéria gasosa, portanto... não contam. Luandino, Pepetela, Agualusa, etc., etc., isso são apenas meteoritos, asteróides, quando muito... Não sei! Mas a matéria intersticial de todo esse universo é que é importante. É importante porque nela estarão os famosos buracos negros. Sabemos que existem mas ainda são teóricos...

Se bem que toda essa matéria negra esteja ainda por descobrir e que essa tarefa arqueológica pudesse revelar o substrato literário das culturas africanas de língua portuguesa, é um facto que, de há uns anos a esta parte, assistimos ao surgimento de autores negros ou brancos já nascidos em África, que escrevem em língua portuguesa e que vão conformando aquilo a que Luandino, usando de prudência, não quis ainda chamar “universo”. Sem nos alongarmos agora sobre os “buracos negros da História

da Literatura [Africana de Língua Oficial Portuguesa]”,¹⁷ nas palavras de Luandino Vieira (*ibidem*), que merecerão a chamada de atenção que faz o escritor angolano, não podemos deixar de verificar uma crescente produção literária com características próprias, que parecem abrir uma nova etapa das literaturas desses países. Esta, que agora nos ocupa, parece-nos visivelmente diferente da chamada “literatura colonial”, essencialmente por duas razões principais que desenvolveremos um pouco mais adiante: por um lado, deixando claro um forte substrato das línguas africanas (seja no léxico seja na sintaxe desviante da norma europeia) e, por outro, usando referentes culturais autóctones, aos quais os narradores já não são *externos*.

Já não sei a que propósito é que isso vinha, mas o Senhor Professor disse um dia que as palmas das mãos dos pretos são mais claras do que o resto do corpo porque ainda há poucos séculos os avós deles andavam com elas apoiadas no chão, como bichos do mato, sem as exporem ao sol, que lhes ia escurecendo o resto do corpo. Lembrei-me disso quando o Senhor Padre, depois de dizer na catequese que nós não prestávamos mesmo para nada e que até os pretos eram melhores do que nós, voltou a falar nisso de as mãos deles serem mais claras, dizendo que isso era porque eles, às escondidas, andavam sempre de mãos postas, a rezar (Honwana, 1991).

A procura inocente este menino poderá ser generalizada e entendida como a metáfora da busca dos africanos (independentemente da sua cor de pele) por compreender a discriminação racial histórica em relação aos negros. Esta criança indaga junto de todos os representantes sociais e institucionais (professores, curas, comerciantes...) a explicação para o facto de que as mãos dos negros sejam mais brancas que o resto dos seus corpos e de todos recebe uma resposta diferente, mas sempre com vestígios de representações racistas fossilizadas. É o retrato de uma sociedade africana que despertou para o questionamento da diferença entre os homens, consequência do seu passado colonial e da condição não *humana* do negro. Uma leitura pouco atenta do conto não nos faria dar-nos conta se o menino é branco ou negro. O facto de que seja branco dá ao texto toda a força poética e da mensagem filosófica, do nosso ponto de vista. A questão racial é agora entendida de maneira diferente, posto que é problematizada por um branco (e não por um negro). Compete ao menino branco (que tradicionalmente ocupa uma posição privilegiada nas sociedades africanas colonizadas) —que não entende essa diferença racial— procurar a resposta a este questionamento.¹⁸ É a mãe que lhe vai dar a única resposta que lhe parece lógica e grata: Deus fez as

¹⁷ Luandino Vieira refere-se exclusivamente à Literatura Angolana. Tomámos aqui a liberdade de fazer extensa a denominação para os restantes países africanos de língua oficial portuguesa, já que o caso seria semelhante.

¹⁸ Será interessante referir aqui que o autor deste texto é filho de um “assimilado”, quer isto dizer, de um negro nascido num país de África de língua portuguesa que renunciou à sua nacionalidade (moçambicana, neste caso) e optou pela nacionalidade portuguesa, como o veremos mais adiante.

palmas das mãos dos negros mais brancas para que fossem iguais às dos homens brancos e para que soubessem

“[...] Que o que os homens fazem, é feito por mãos iguais, mãos de pessoas que se tiverem juízo sabem que antes de serem qualquer coisa são homens. Deve ter sido a pensar assim que Ele fez com que as mãos dos pretos fossem iguais às mãos dos homens que dão graças a Deus por não serem pretos”.

Depois de dizer isso tudo, a minha mãe beijou-me as mãos.

Quando fugi para o quintal, para jogar à bola, ia a pensar que nunca tinha visto uma pessoa a chorar tanto sem que ninguém lhe tivesse batido (Honwana, 1991).

O princípio da desigualdade racial encontra aqui, pela mão de Honwana, um importante questionamento filosófico, que colide com o artigo 2º do Regulamento do Recenseamento e Cobrança do Imposto Indígena, de 1938, que estipula os requisitos que permitem ao “indígena” aceder à condição de cidadão: “Por se distinguir do comum da raça negra, é considerado assimilado aos europeus, o indivíduo daquela raça, ou dela descendente, que reunir cumulativamente [4]¹⁹ condições”.

Não nos parece anódino que escritores (quer sejam brancos, quer sejam negros) como os angolanos Artur Pestana e Agostinho Mendes de Carvalho, os moçambicanos Francisco Esaú Cossa e Aldino Muianga ou os cabo-verdianos Pedro Monteiro Cardoso e Felisberto Vieira Lopes, o guineense António Soares Lopes, entre outros tivessem escolhido pseudónimos literários que mostram uma forte vontade de integração o retorno às culturas africanas: Artur Pestana escreve com o pseudónimo Pepetela (em língua umbundu, que significa “pestana” em português) e Agostinho Mendes de Carvalho como Uanhenga Xitu; Francisco Esaú Cossa utiliza o pseudónimo Ungulani Ba Ka Khosa e Aldino Muianga o de Khambira Khambiray; Pedro Monteiro Cardoso assina os seus escritos como “Afro” e Felisberto Vieira Lopes com o nome de Kaoberdiano Dambará; António Soares Lopes publica como Tony Tcheka. Este mesmo esforço é igualmente evidente noutros escritores como Luís Augusto Bernardo Manuel, alias Honwana, autor do texto que anteriormente citado. “Chamo-me Luís Augusto Bernardo Manuel. O apelido Honwana não vem nos meus documentos”. Este apagamento da identidade e da história familiar dos Honwana foi uma opção do pai do escritor, quando se tornou um “assimilado”, estatuto reservado a alguns cidadãos das antigas colónias portuguesas, mediante o qual adquiriam direitos iguais aos portugueses, sempre que reunissem algumas condições mínimas.²⁰ A criança que Honwana escolhe para nos

¹⁹ “1a. —Ter abandonado completamente os usos e costumes da raça negra; / 2a. —Falar, ler e escrever correctamente a língua portuguesa; / 3a. —Adoptar a monogamia, e; / 4a. —Exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização europeia, ou ter rendimentos, que sejam suficientes para prover aos seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e para a sua família” (Noré, 2003: 104).

²⁰ Em 1954, o Estatuto dos Povos Coloniais Portugueses reformula o documento de 1938, explicitando que era possível que os “indígenas” adquirissem a cidadania equiparada à portuguesa, tornando-se “assimilados”. Entre as condições necessárias para tal estavam: falar correctamente a língua portuguesa, dispor de rendimentos de trabalho ou bens próprios considerados suficientes, “ter bom comportamento e ter adquirido

guiar na reflexão filosófica sobre a igualdade do ser humano sublinha, pela sua perplexidade e a sua dificuldade em entender, o caráter *absurdo* da visão diferenciada do negro como *animal*, como um ser *inferior* (veiculada pelo professor e pelo padre) e abre a janela para o questionamento da igualdade discursiva.

Entre a produção literária mais recente, podemos encontrar textos com um caráter mais universal; textos que reescrevem as atrocidades das guerras;²¹ textos que instrumentalizam a denúncia de dois mundos que partilharam o mesmo espaço africano sem poder encontrar formas dialogantes;²² textos que redescobrem e recuperam a memória histórica africana dos grandes impérios e reinos africanos anteriores à colonização;²³ textos que ressuscitam tradições, crenças, superstições das sociedades africanas reprimidas ou relegadas ao esquecimento durante muito tempo;²⁴ textos que estabelecem a ligação entre as novas gerações com os seus antepassados; textos que reconstróem realidades reinventadas:²⁵

Meu avô, nesses dias, me levava rio abaixo, enfilado em seu pequeno concho. Ele remava, devagaroso, somente raspando o remo na correnteza. [...]

Em casa, minha mãe nos recebia com azedura. Mas depois, já amolecida pela nossa chegada, ela ensaiava a brincadeira:

—Ao menos vissem o namwetxo moha! [...]

O namwetxo moha era o fantasma que surgia à noite, feito só de metades: um olho, uma perna, um braço. Nós éramos miúdos e saíamos, aventureiros, procurando o moha. Mas nunca nos foi visto tal monstro. Meu avô nos apoucava. Dizia ele que, ainda em juventude, se tinha entrevisto com o tal semifulano. [...]

Certa vez, não ligo proibido, [...] meu avô retirou o seu pano branco do barco e começou a agitá-lo sobre a cabeça:

—Cumprimenta também, você! [...]

Nessa noite, ele me explicou suas escondidas razões. Meus ouvidos se arregalavam para lhe decifrar a voz rouca. Nem tudo entendi. No mais ou menos, ele falou assim:

a ilustração e hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (*sic*, Noré, 2003: 104).

²¹ *Vida Verdadeira de Domingos Xavier* ou *Nós, os do Maculusu*, de José Luandino Vieira (Angola); *As Lágrimas e o Vento*, de Manuel dos Sãos Lima (Angola); *Mayombe*, de Pepetela (Angola); *Angola, Angolé, Angolema*, de Arlindo Barbeitos; Contos compilados em *Nós Matámos o Cão Tinhoso*, de Luís Bernardo Honwana (Moçambique); *Vozes Anoitecidas, Terra Sonâmbula e Vinte e Zinco*, de Mía Couto (Moçambique). Os conflitos armados também deixaram marcas indeléveis para toda uma geração de escritores portugueses. Na literatura portuguesa, encontramos aproximadamente 70 obras cujo tema principal é a guerra colonial e outras duzentas têm a guerra do ultramar como tela de fundo. Manuel Alegre e António Lobo Antunes são dois exemplos desse testemunho traumático, também para Portugal.

²² A novela *Yaka*, de Pepetela, e. g.

²³ Como é o caso da reinterpretação histórica do escritor Ungulani Ba Ka Khosa na novela étnica e histórica *Ualalapi* ou de contos do mesmo autor como “Damboia”, que falam de Ngungunhane, o último imperador de Gaza, Ualalapi, conhecido pela sua crueldade e despotismo.

²⁴ O universo que habita muitas das obras africanas como o que recria Mía Couto.

²⁵ Entre outros autores, Mía Couto e José Eduardo Aqualusa.

nós temos olhos que se abrem para dentro, esses que usamos para ver os sonhos. O que acontece, meu filho, é que quase todos estão cegos, deixaram de ver esses que nos visitam. Os ouros? Sim, esses que nos acenam da outra margem. E assim lhes causamos uma total tristeza. Eu levo-lhe lá nos pântanos para que você aprenda a ver. Não posso ser o último a ser visitado pelos panos (Couto, 1994).

“Félix Ventura. Assegure aos seus filhos um passado melhor”. Riu-se. Um riso triste, mas simpático: “É o senhor, presumo? Um amigo deu-me este cartão”. [...]

Félix Ventura recuou:

“Quem é você?” [...]

Haviam-lhe falado num homem que traficava memórias, que vendia o passado, secretamente, como outros contrabandeiam cocaína. [...]

Félix Ventura rendeu-se. Procurava-o, explicou, toda uma classe, a nova burguesia. Eram empresários, ministros, fazendeiros, camanguistas, generais, gente, enfim, com um futuro assegurado. Falta a essas pessoas um bom passado, ancestrais ilustres, pergaminhos. [...] Ele vende-lhes um passado novo em folha. Traça-lhes a árvore genealógica (Aqualusa, 2004).

Estes dois fragmentos dão-nos duas visões diferentes de uma necessidade convergente. Se, por um lado, o texto de Mia Couto procura resgatar os ensinamentos e tradições atávicas colocando-nos à frente de um menino que aprende a ver o mundo pelo olhar do seu avô e que consegue vislumbrar aos antepassados que nos visitam; por outro lado, o texto de Aqualusa põe o dedo numa das mais dolorosas chagas da África de língua portuguesa: um passado perdido, esquecido, que dá vergonha ter e que se procura substituir à força por outro passado inventado, entendido como mais *socialmente aceitável*,²⁶ mais *respeitável*, mais *conveniente*. Curiosamente, se no primeiro fragmento é evidente o esquecimento dos antepassados que, em tom poético, o autor procura valorizar para recuperar, no segundo é clara a posição crítica (num texto não menos poético) de alguém que não põe nenhuma esperança nas mãos de um *menino redentor*, mas que nos guia pela mão de um homem cínico que faz do problema da identidade em Angola o seu negócio, a sua maneira de viver e seguramente também a sua forma de escapar à sua condição de albino.²⁷ Quiçá as duas posições possam ser de alguma maneira entendidas como representativas das culturas de ambos países e do seu olhar em relação às suas culturas. Se assim for, Angola ver-se-ia refletida neste homem híbrido, misto de homem de raça negra com aparência de homem branco que não vive bem com a sua história pessoal nem com a história coletiva dos seus compatriotas a quem inventa passados diferentes dos seus e dos quais parece depender a aceitação / ascensão social.

Depois de uma poesia e uma narrativa que expressam o surgimento, a evolução e o exercício militante de uma consciência nacional(ista), a produção literária das últimas

²⁶ Pelo menos para uma certa sociedade angolana.

²⁷ Condição rara e não sempre entendida na sociedade africana, visto que são *negros brancos*, ou seja, nem são negros, nem são brancos.

décadas ter-se-á libertado das amarras regionalistas e territoriais e experimenta atualmente as potencialidades estilísticas, lexicais²⁸ e sintáticas, recuperando o talento narrativo dos contadores de histórias, misturando-o com um universo muito próximo do do realismo mágico, cheio de humor e criatividade, refletindo um mundo novo capaz de dialogar com as vozes da tradição, renovada numa linguagem de grande força poética. Equivalerá isto a dizer que: “Até o momento em que foi apropriado, o discurso não se encontra em uma língua neutra e impessoal (pois não é do dicionário que ela é tomada pelo falante!), ela está nos lábios de outrem, nos contextos de outrem e a serviço das intenções de outrem: e é lá que é preciso que ele seja isolado e feito próprio” (Bakhtin, 1988: 21).

Nesta literatura emergente —as literaturas africanas em língua portuguesa encontrar-se-ão numa fase heurística, ecdótica e mayêutica— há que reconhecer dois aspetos que nos parecem essenciais: por um lado, o facto de que a literatura esteve associada à construção das identidades (Hobsbawm e Anderson), destes países muitas vezes associando a figura do escritor à figura do poder político, como é o caso, e. g., de Agostinho Neto; por outro lado, o potencial de uma literatura emergente, de grande expressividade poética, força criativa e capacidade de inovar.

Obras citadas

- AGUALUSA, José Eduardo. 2004. *O Vendedor de Passados*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- BAKHTIN, M. 1988. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- CALVET, Louis-Jean. 1979. *Linguistique et colonialisme. Petit traité de glotophagie*. Paris: Payot.
- COUTO, Mia. 1994. *Histórias Abensonhadas*. Lisboa: Caminho.
- HONWANA, Luís Bernardo. 1991. “As mãos dos Negros”. *Nós Matámos o Cão Tinhoso*. Lisboa: Caminho.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. 1995a. *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____. 1995b. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MONIZ, Elias Alfama. 2007. “Percalços do Ensino Colonial em Cabo Verde: século XVI aos anos 40 do século XX”. *Revista E-Curriculum*, vol 3. Nº 1, Dezembro 2007 (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/766/76630106.pdf> (consultado a 14 de Março de 2011).

²⁸ Como Mia Couto, que inventa termos a partir da justaposição de duas palavras (num jogo onde a palavra resultante se ressignifica no encontro dos significados originais), como em *Histórias Abensonhadas* —justaposição de “abençoadas” com “sonhadas”.

- NORÉ, Alfredo e Áurea Adão. 2003. “O ensino colonial destinado aos ‘indígenas’ de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo”. *Revista Lusófona de Educação*. Consultado: http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/303/artigo5_alfredo_aurea.pdf?sequence=1, 3 de Março de 2012.
- PADILHA, Laura Cavalcante e Margarida CALAFATE RIBEIRO, org. 2008. *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento.
- PEPETELA. 2003. “Estranhos Pássaros de Asas Abertas”. *Contos de Morte*. Lisboa: Edições Nelson de Matos. (Col. Mil Horas de Leitura)
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”. *Luso-Brazilian Review*, 39, 2, 9-43.
- SAUTÉ, Nelson. 2000. *As Mãos dos Negros. Antologia do Conto Africano*. Lisboa: Edições D. Quixote.